

IX ENCONTRO DA ABCP

AT Eleições e Representação Política

**Nacionalização partidária no presidencialismo de coalizão:  
teoria e evidências sobre o caso brasileiro**

André Borges (UNB)

Brasília, DF  
04 a 07 de agosto de 2014

## **Resumo**

### **Nacionalização partidária no presidencialismo de coalizão: teoria e evidências sobre o caso brasileiro**

Qual o impacto do ciclo eleitoral presidencial e das instituições federativas sobre a nacionalização das eleições legislativas em contexto multipartidário? O artigo pretende investigar como a dinâmica da competição partidária nas eleições para o executivo nacional e estadual, em especial no que diz respeito à formação de coligações eleitorais, atua sobre os processos de nacionalização partidária no presidencialismo de coalizão brasileiro. O argumento chave é que em sistemas federativos presidencialistas, o grau de descentralização do governo afeta a importância relativa das eleições presidenciais relativamente às eleições para governador para a sobrevivência eleitoral dos partidos. Isto é, o potencial “nacionalizante” da eleição presidencial depende do grau de descentralização, que por sua vez condiciona a probabilidade de sucesso de estratégias partidárias voltadas para a competição subnacional. O artigo desenvolve um modelo de efeitos mistos para dados em painel dos estados brasileiros no período 1994-2010 com o intuito de investigar os fatores explicativos da variação no grau de nacionalização partidária entre os estados e ao longo do tempo.

## **Nacionalização partidária no presidencialismo de coalizão: teoria e evidências sobre o caso brasileiro**

André Borges (UNB)

Este artigo pretende investigar o impacto do ciclo eleitoral presidencial e das instituições federativas sobre a nacionalização das eleições legislativas em contexto multipartidário. Mais especificamente, o objetivo é entender como a dinâmica da competição eleitoral nas eleições para o executivo nacional e estadual atua sobre as estratégias dos partidos no território e, em decorrência, sobre a nacionalização do sistema partidário brasileiro.

O conceito de nacionalização partidária tem sido utilizado na literatura comparativa para aferir o grau em que a variação da votação dos partidos entre os diferentes distritos se aproxima ou se distancia da votação nacional. Sistemas nacionalizados seriam aqueles em que a força eleitoral dos partidos se distribui homoganeamente entre os distritos. (Jones e Mainwaring 2003, Chhibber e Kollman 2004, Brancati 2008, Morgenstern, et al. 2009). Conforme a utilização consagrada na literatura, adotou-se neste artigo o termo "nacionalização partidária" com respeito às eleições para a Câmara dos Deputados, uma vez que a disputa legislativa nacional é a que indica mais claramente o efetivo nível de apoio aos partidos e sua distribuição no território.

Dentre os fatores institucionais que condicionam o grau de nacionalização partidária destacam-se a eleição direta para o chefe do executivo e o grau de descentralização dos governos. A literatura comparada argumenta que a proximidade temporal entre a eleição presidencial e as eleições legislativas resulta em uma espécie de "efeito Darwiniano" sobre o sistema partidário, selecionando os partidos capazes de nacionalizar as suas votações e mobilizar uma maioria do eleitorado nacional. Dadas certas condições, a disputa presidencial assumiria formato bipartidário, de modo que partidos incapazes de lançar candidatos competitivos à presidência acabariam obrigados a se vincular a um dos dois principais contendores para garantir a sua sobrevivência eleitoral (Golder, 2006; Hickens e Stoll, 2011; Shugart e Carey, 1992).

Este efeito, no entanto, depende do grau de centralização do governo. Isto porque uma vez colocados em marcha processos de centralização da autoridade governamental e perda de prerrogativas e poderes dos governos subnacionais, os eleitores devem se tornar mais inclinados a buscar, por meio do voto, influenciar as decisões tomadas no nível nacional de governo (Chhibber e Kollman, 2004). Dentro desta lógica, partidos competitivos nas eleições estaduais porém incapazes de disputar a presidência acabariam perdendo espaço para os partidos predominantes na arena presidencial. Os dois efeitos combinados - nacionalização dos partidos presidenciais e perda do peso relativo dos partidos incapazes de competir nacionalmente - resultariam na nacionalização agregada do sistema partidário.

Em sistemas políticos relativamente descentralizados onde os governos subnacionais influenciam a produção de políticas e a dinâmica partidária nacional o efeito de seleção natural da competição presidencial tende a operar de forma distinta, pois os partidos não competitivos na corrida à presidência podem sobreviver disputando eleições estaduais. A questão que se coloca, portanto, é saber como diferentes partidos respondem aos incentivos à nacionalização dados pela competição presidencial em um sistema federativo, e qual o impacto dessas estratégias sobre a nacionalização agregada. A literatura sobre

nacionalização partidária não traz uma resposta a esse tipo de indagação, dado o seu enfoque sobre os efeitos sistêmicos de fatores institucionais como o ciclo eleitoral presidencial, as regras eleitorais e o federalismo.

A proposta do artigo é, precisamente, "desagregar" o conceito de nacionalização partidária, com o desenvolvimento de um modelo tipológico de estratégias partidárias em sistemas presidencialistas com múltiplos níveis de governo. A tipologia estabelece algumas expectativas teóricas com respeito aos os mecanismos causais que conectam incentivos institucionais, estratégias partidárias e a variação da nacionalização ao longo do tempo, o que permite a sua utilização como modelo heurístico.

Procura-se demonstrar com essa perspectiva analítica a ausência de homogeneidade nas respostas dos partidos frente aos mesmos incentivos à nacionalização dados pela competição eleitoral pela presidência. Em sistemas com múltiplos níveis de governo como o brasileiro, os partidos sem condição de apresentar candidatos presidenciais viáveis têm a opção de se especializar nas disputas estaduais. Quanto maior o impacto do desempenho estadual dos partidos nas eleições para governador sobre as suas votações na eleição legislativa nacional, tanto maior a possibilidade de sucesso de estratégias de ampliação da base territorial de votação por meio do lançamento de candidaturas ao governo estadual nos vários distritos. Esta dinâmica deve resultar na perda de eficácia do efeito redutor da eleição presidencial sobre o sistema partidário, e em movimentos incongruentes nos planos da nacionalização horizontal (homogeneidade na distribuição de votos nas várias disputas eleitorais) e vertical (integração entre as eleições realizadas para distintos níveis de governo).

Apesar de ainda pouco estudada pela ciência política brasileira, a dimensão da nacionalização é de grande relevância para a atual agenda de pesquisa sobre os partidos políticos e sua atuação nas arenas eleitoral e governativa do presidencialismo de coalizão. Em sistemas partidários altamente nacionalizados, as agendas de política nacional tendem a ser determinantes para as carreiras parlamentares (Jones, 2010). Dada a vinculação entre a eleição presidencial e o desempenho eleitoral dos candidatos ao legislativo, os parlamentares têm maiores incentivos para se alinhar aos interesses e agendas do presidente em detrimento de lideranças partidárias subnacionais.

O grau de nacionalização dos partidos afeta o custo da governabilidade no presidencialismo de coalizão (Raile, et al. 2011) de duas outras maneiras. Primeiro porque partidos desnacionalizados costumam ser menos coesos e mais propensos a mobilizar os eleitores através de políticas públicas desenhadas para atender interesses locais (Calvo e Leiras 2012). Segundo porque a desnacionalização do sistema partidário impacta positivamente a fragmentação. Independente da regra eleitoral utilizada, quanto maior a divergência entre os sistemas partidários ao nível distrital e no plano nacional, tanto maior será a fragmentação total do sistema (Cox 1999, Chhibber e Kollman 2004).

O artigo analisa os dados relativos à evolução da nacionalização das eleições presidenciais, legislativas e para governador desde a primeira eleição direta para presidente em 1989. Esses indicadores são desagregados para os maiores partidos e comparados às estratégias eleitorais adotadas frente às disputas para o executivo nacional e executivos estaduais. A nacionalização partidária foi operacionalizada por meio do índice Gini de nacionalização partidária desenvolvido por Mainwaring e Jones (2003). A análise empírica se ampara ainda em um modelo de regressão linear misto para dados em painel dos estados brasileiros no período 1994-2010. O modelo estima os impactos médios do efeito coattails governatorial e presidencial sobre a votação dos maiores partidos.

## 1. Instituições e nacionalização de sistemas partidários na política comparativa

O conceito de nacionalização partidária tem sido utilizado na literatura comparativa para aferir o grau em que a variação da votação dos partidos entre os diferentes distritos se aproxima ou se distancia da votação nacional. Sistemas nacionalizados seriam aqueles em que a força eleitoral dos partidos se distribui homoganeamente entre os distritos. De forma análoga, um alto grau de regionalização se verificaria quando os partidos, em sua maioria, competem em poucos distritos ou concentram a sua votação em determinadas regiões ou estados do país (Jones e Mainwaring 2003, Chhibber e Kollman 2004, Brancati 2008, Morgenstern, et al. 2009). De modo mais geral porém, a nacionalização se relaciona às formas predominantes de organização e mobilização eleitoral dos partidos. Quando o sistema partidário é nacionalizado os partidos têm abrangência nacional e tendem a expressar-se e agir com uma orientação nacional comum em vez de dividir-se segundo questões regionais ou subnacionais (Jones 2010)<sup>1</sup>.

Em sistemas com múltiplos níveis de governo, cabe incluir a dimensão vertical da nacionalização. A questão neste caso é saber há congruência ou não entre os sistemas partidários formados nas distintas arenas eleitorais. Há integração vertical quando as arenas eleitorais no nível estadual ou provincial são conectadas à arena federal. Assim, é de se esperar que os sistemas partidários nacionais e subnacionais sejam bastante similares e que haja relativa correspondência entre os resultados das eleições para os distintos níveis de governo (Thorlakson 2007, Leiras 2010, Rodden e Wibbels 2011, Schakel 2012).

Sistemas plenamente nacionalizados são aqueles em que os partidos obtêm votações bastante similares em todos os distritos (nacionalização horizontal) e, além disso, as eleições nacionais condicionam os resultados das eleições em outros níveis de governo (integração vertical). Em tal situação, as eleições subnacionais possuem pouca independência frente aos alinhamentos e clivagens políticas nacionais. Isto implica dizer que as eleições subnacionais assumem o caráter de eleições de segunda ordem, nas quais o eleitor se manifesta basicamente com respeito ao governo nacional e suas propostas (ex. votando favoravelmente aos co-partidários do chefe do Executivo no plano regional quando estão satisfeitos com o desempenho do governo e contrariamente quando insatisfeitos) (Rodden e Wibbels 2011). Dada a conexão entre o desempenho dos partidos na esferas nacional e subnacional, e a posição hierarquicamente superior das eleições nacionais no sistema político, a nacionalização partidária nas disputas nacionais resultaria automaticamente na nacionalização dos sistemas partidários subnacionais. Como veremos a seguir, entretanto, nem sempre se observa uma conexão tão clara ou direta entre as dimensões vertical e horizontal da nacionalização.

### 1.1- Fatores institucionais e nacionalização partidária

#### *Eleições presidenciais*

As pesquisas que tratam do impacto do sistema presidencial sobre a competição partidária argumentam que a eleição direta do chefe do executivo nacional tende a promover sistemas partidários mais nacionalizados (Shugart 1995, Leiras 2006, Hickens e Stoll 2011). A eleição direta do executivo nacional cria fortíssimos incentivos para a maximização de votos uma vez que esta transforma o país inteiro num distrito uninominal. Nenhum sistema

---

<sup>1</sup> A dimensão estática da nacionalização, que é objeto da presente análise, diz respeito à homogeneidade na distribuição interdistrital dos votos em cada momento do tempo. Por sua vez, a dimensão dinâmica: se refere à relativa homogeneidade interdistrital na evolução do comportamento ao longo do tempo (Leiras 2010).

parlamentarista adota uma cláusula de barreira tão elevada. Em poucas palavras, independente das regras eleitorais utilizadas, os partidos que lançam candidatos à presidência precisam conquistar os votos de uma expressiva porção do eleitorado nacional se quiserem ser bem-sucedidos (Samuels, 2002, p. 468). Disso decorre que a capacidade de obter votações difusas no território (i.e., mais nacionalizadas) representa uma vantagem competitiva na disputa à presidência.

A influência da eleição presidencial sobre o sistema partidário depende em boa medida da força do chamado "efeito coattails" (efeito rabo-de-casaca), pelo qual o presidente atua como um "puxador de votos", beneficiando os candidatos do seu partido/coalizão ao legislativo. Este efeito acontece basicamente por meio de dois mecanismos. Primeiro, a centralidade da eleição presidencial faz com que os candidatos ao legislativo tenham incentivos para vincular a sua campanha à campanha presidencial, com o intuito de se beneficiar das vantagens organizacionais, financeiras e da cobertura de mídia do seu candidato à presidência (Samuels, 2002). Segundo, os eleitores muitas vezes se utilizam do partido do seu candidato presidencial preferido com um atalho informacional para ajudá-los a decidir o voto na eleição legislativa (Golder, 2006; Samuels, 2002; Shugart, 1995).

As evidências reunidas por várias pesquisas indicam ainda que o efeito rabo-de-casaca será tanto mais forte quanto maior a proximidade temporal entre as eleições presidenciais e as eleições legislativas (Shugart e Carey 1992, Jones 1994, Golder 2006, Hickens e Stoll 2011). Além disso, a tendência à nacionalização seria mais evidente quando da utilização da regra de maioria simples na eleição para presidente, tendo em vista o seu efeito redutor sobre o número de candidatos presidenciais efetivos. Com a adoção da maioria simples e eleição em turno único, observa-se a lei de Duverger, resultando em forte tendência à polarização da disputa entre dois partidos ou coalizões (Jones 1994, Samuels 2002, Golder 2006)

Quando o número de candidatos efetivos na eleição presidencial se aproxima de dois observam-se maiores incentivos para a coordenação de estratégias partidárias entre os diferentes distritos. Isto é, ainda que existam variações na força relativa dos candidatos à presidência em cada distrito (ex., alguns partidos ou coalizões podem ter maior penetração eleitoral em determinadas regiões do país), os partidos não devem ter muitos incentivos para apoiar terceiros candidatos quando a chance de vitória destes é reduzida. Assim, partidos e candidatos procurariam adotar uma estratégia comum em todos os distritos, alinhando-se a um dos dois blocos principais na disputa pela presidência. Em conjunção com o efeito coattails, a coordenação de estratégias entre os distritos resultaria em um sistema mais nacionalizado (Hickens e Stoll, 2011).

### *Federalismo e descentralização*

Um elemento chave para entender a nacionalização ou regionalização partidárias diz respeito aos mecanismos de agregação partidária entre os distritos. Para que candidatos e partidos sejam capazes de comunicar uma orientação comum aos eleitores de diferentes distritos é preciso que haja uma coordenação de estratégias. A questão chave é que a agregação partidária é mais difícil de se obter quando o voto é orientado por questões locais e os candidatos em um determinado distrito não precisam coordenar suas estratégias com candidatos nos demais distritos. Para Chibber e Kollman (2004) o grau de centralização do governo condiciona as preferências e estratégias de eleitores e candidatos, favorecendo maior ou menor nacionalização partidária. O argumento central dos autores é que a centralização da autoridade governamental e perda de prerrogativas e poderes dos governos subnacionais induzem os eleitores a buscar, por meio do voto, influenciar as decisões tomadas no nível nacional de governo. Da mesma forma, os candidatos terão

incentivos para tomar posição sobre políticas públicas de escopo nacional decididas pelo governo central (Chibber e Kollman, 2004: 74-78).

De forma análoga, a descentralização teria como consequências o aumento de importância das eleições subnacionais e políticas públicas implementadas pelos governos estadual e local, propiciando estratégias partidárias regionalizadas. A autonomia fiscal e administrativa dos governos subnacionais possibilita que diferentes *issues* sejam mobilizados de forma distinta entre as unidades da federação, por meio de políticas governamentais desenhadas para atender demandas específicas do eleitorado local (Thorlakson 2007, p. 73).

Outro aspecto relevante diz respeito à vinculação entre as eleições subnacionais (governador) e as eleições legislativas nacionais. Em contextos onde os governos subnacionais possuem significativa autonomia política e fiscal, os partidos são descentralizados e seus diretórios regionais atuam de forma relativamente independente da organização nacional (especialmente na formação das listas partidárias e alianças eleitorais), deve-se observar o efeito rabo-de-casaca governatorial (*gubernatorial coattails effect*). Este efeito deve ser mais forte em sistemas políticos nos quais as eleições para deputado federal coincidem sempre ou quase sempre com as eleições para governador, porém não coincidem (ou coincidem apenas raramente) com as eleições para presidente (Jones 1997, Samuels 2003, Jones).

## **2. Um modelo de competição partidária em sistemas presidencialistas multinível: entendendo as estratégias partidárias**

Este artigo propõe um modelo tipológico simples que permite exatamente definir algumas expectativas teóricas com respeito aos os mecanismos causais que conectam incentivos institucionais, estratégias partidárias e a variação da nacionalização ao longo do tempo. Argumenta-se, em particular, que a análise sub-sistêmica da nacionalização partidária é essencial para entender uma questão ainda pouco pesquisada e teorizada, qual seja, a conexão entre as dimensões horizontal e vertical da nacionalização em sistemas federativos .

Antes de apresentar a tipologia, uma breve nota se faz necessária sobre a relação entre nacionalização partidária e crescimento eleitoral dos partidos. Não parece razoável supor que os partidos buscam a nacionalização das suas votações como um fim de si; este objetivo só faz sentido se permitir às organizações partidárias atender a outros fins como a maximizar votos, ocupar cargos no governo e influenciar as políticas públicas. Por princípio, quando os incentivos institucionais induzem os partidos a priorizar a maximização de votos (o que certamente se aplica à disputa presidencial), há também um incentivo para nacionalizar a votação. Partidos cuja capacidade de competição efetiva se limita a poucos distritos ou regiões de um país impõem, na prática, um teto ao seu próprio crescimento eleitoral. Ademais, organizações partidárias com votações territorialmente concentradas são mais vulneráveis a mudanças no perfil dos eleitorados locais ou ao crescimento de partidos adversários nos seus redutos. Em consonância com esta argumentação, as evidências comparativas reunidas por Jones e Mainwaring (2003) para os países das Américas demonstram que há forte correlação entre o grau de nacionalização e o tamanho dos partidos: partidos grandes são mais nacionalizados que partidos pequenos, via de regra.

O modelo supõe um regime presidencialista com múltiplos níveis de governo, no qual os partidos podem optar por concentrar recursos organizacionais e esforços de campanha na disputa pelo executivo nacional ou pelos executivos estaduais/provinciais. Em países presidencialistas federativos, vale notar, a capacidade de apresentar regularmente

candidatos competitivos à presidência e/ou a governador costuma ter grande impacto sobre a sobrevivência eleitoral e possibilidades de expansão territorial dos partidos, inclusive nas disputas para o legislativo nacional (Shugart e Carey 1992, Jones 1997, Samuels 2003, Hickens e Stoll 2011, Magar 2012). Dessa forma, pode-se supor que as estratégias adotadas pelos partidos nas disputas por cargos eletivos executivos afetam o escopo territorial da votação em outras eleições, incluindo a eleição para o legislativo nacional, e em consequência, a nacionalização do sistema partidário.

A escolha entre priorizar a disputa por cargos em um destes dois níveis, por sua vez, depende de fatores como o grau de descentralização do governo, o qual afeta o valor relativo da presidência relativamente às governorias. Fatores específicos aos partidos também influem na adoção de estratégias distintas. Dentre estes, cabe destacar a capacidade das organizações partidárias de lançar ou não candidatos viáveis à presidência.

Como já visto, uma vez que a eleição presidencial pode ter impacto expressivo sobre outras eleições (ex. deputado federal, governador) através do efeito rabo-de-casaca e também em razão da necessidade de mobilizar um eleitorado nacional e coordenar os esforços do partido (ou coligação) entre os vários distritos, os partidos presidenciais têm fortes incentivos para "presidencializar" as suas estratégias eleitorais. Isto é, a disputa à presidência induz os partidos a vincular as suas decisões de lançamento de candidaturas e realização de alianças eleitorais na disputa para o legislativo nacional e também nas eleições estaduais, aos objetivos e estratégias dados pela candidatura presidencial. Em síntese, a presidencialização implica em estratégias eleitorais verticalizadas.

Se a adoção de uma estratégia de *presidencialização* faz sentido para os partidos que são competitivos na eleição presidencial, o mesmo não é necessariamente verdade para os partidos sem candidatos viáveis. Isto porque o lançamento de um candidatura presidencial implica o gasto de recursos valiosos, que poderiam ser alocados de modo mais eficiente em disputas eleitorais onde o partido possui maiores chances de vitória. Por outro lado, em sistemas que utilizam eleição em dois turnos para escolha do presidente, os partidos possuem maiores incentivos e oportunidades para lançar candidatos independente da sua chance de vitória (i.e., um partido pode lançar um candidato com o objetivo de aumentar seu poder barganha frente a um dos primeiros colocados em um hipotético segundo turno).

Caberia portanto distinguir dois tipos de estratégia eleitoral. A presidencialização em sentido estrito é uma estratégia de competição eleitoral que subordina todas as demais estratégias do partido ao objetivo de conquistar a presidência e/ou participar do governo nacional. A presidencialização pode envolver tanto lançamento de candidatura presidencial quanto o apoio a um dos candidatos presidenciais mais competitivos. Em virtude do caráter fortemente majoritário da disputa presidencial o partido ou coalizão que deseja controlar o executivo nacional têm incentivos para perseguir uma estratégia de nacionalização e expansão territorial da sua base de votação. No entanto, o mesmo não se aplica a um partido cuja participação na disputa presidencial tem como principal objetivo não a conquista da presidência, mas sim a obtenção de benefícios indiretos em termos de votos em outras disputas, exposição na mídia nacional, dentre outros.

A segunda estratégia concerne uma situação virtualmente oposta à presidencialização, em que um partido com uma base eleitoral geograficamente concentrada disputa a presidência com o objetivo primário de consolidar e manter a sua base regional. Esta estratégia, aqui denominada de presidencialização regional, é tipicamente adotada por partidos de orientação regional cuja votação se concentra em uma única região do país. Seguindo Brancatti (2008) definimos o termo região com respeito às regiões políticas de um país, isto é, às províncias ou estados que compõem a federação. Vale notar que os dois tipos de presidencialização implicam a adoção de estratégias



eleitorais verticalmente integradas, na medida em que os partidos subordinam a competição para todos os cargos de níveis inferiores de governo aos objetivos e constrangimentos dados pela disputa presidencial. No entanto, há uma diferença central no que tange ao seu escopo horizontal: a presidencialização sempre implica a obtenção de uma distribuição mais homogênea do voto entre as regiões, o que não ocorre no caso da presidencialização regional.

Em sistemas com múltiplos níveis de governo, outra alternativa que se coloca para os partidos pouco competitivos na arena presidencial é concentrar esforços nas eleições estaduais. Aqui trata-se de mobilizar os eleitores disputando eleições para governador e apresentar propostas e candidatos capazes de atender às demandas específicas dos eleitorados estaduais. Há basicamente dois tipos de provincialização. A estratégia de *provincialização regional* ou, simplesmente, provincialização, é uma estratégia de cunho defensivo e de escopo territorial restrito, que envolve a manutenção das bases eleitorais de um partido de expressão regional. Esta estratégia difere da presidencialização regional na medida em que o partido escolhe não participar da disputa nacional (presidencial) concentrando-se no objetivo de obter bom desempenho eleitoral na eleição para governador em um determinado estado da federação. Por sua vez, a *provincialização nacional* caracteriza-se por combinar a priorização das disputas ao governo estadual e a busca pela expansão territorial do partido, por meio do lançamento de candidaturas competitivas a governador no maior número possível de estados. Quando bem-sucedida, esta estratégia pode viabilizar a eleição de expressivas bancadas na Câmara dos Deputados, desde que haja vinculação entre as eleições para governador e para deputado federal. Em tal contexto, ainda que a provincialização nacional implique baixa integração vertical das estratégias partidárias, a relativa nacionalização do partido nas eleições para governador deve resultar em nacionalização horizontal nas eleições para deputado federal. Ou seja, diferentemente da estratégia de presidencialização, a provincialização nacional envolve movimentos incongruentes nas dimensões da nacionalização horizontal e vertical.

Mesmo quando decidem participar da disputa presidencial, partidos orientados para a provincialização nacional adotam estratégias localistas, associando as candidaturas estaduais à presidencial nos estados em que for vantajoso, e evitando tal vinculação quando antevêm perdas eleitorais. O ponto a ressaltar é que a provincialização não é sinônimo de uma estratégia de não participação nas eleições presidenciais, ainda que alguns partidos possam decidir, em certos casos, abandonar a arena presidencial para se concentrar na disputa subnacional.

Por definição, as estratégias de provincialização e presidencialização são incongruentes entre si. Isto porque a presidencialização envolve a vinculação das estratégias eleitorais no plano estadual às estratégias nacionais. Esta vinculação implica custos e perda da autonomia dos diretórios estaduais do partido, pois estes últimos podem ser obrigados a não lançar candidaturas em determinados estados, apoiar um candidato presidencial pouco popular ou conhecido no estado, ou realizar alianças eleitoralmente desvantajosas para garantir a realização dos objetivos nacionais do partido. Quando a coordenação eleitoral é falha e os partidos adotam estratégias regionais incongruentes com a estratégia nacional, é menor a probabilidade dos seus candidatos se beneficiarem do desempenho eleitoral do cabeça de chapa na eleição presidencial (Hickens e Stoll 2011)<sup>2</sup>. Estratégias de provincialização, mesmo quando envolvem a participação em eleições

---

<sup>2</sup> É importante ressaltar que o problema da coordenação entre as estratégias nacionais e estaduais dos partidos não é específica a disputas envolvendo coligações. Mesmo quando se formam chapas solteiras nas eleições dos distintos níveis de governo, é necessário garantir a coordenação entre as seções regionais do partido e entre estas e a liderança nacional. Por exemplo, em determinadas circunstâncias algumas seções regionais podem decidir não apoiar o candidato presidencial por temer perdas eleitorais na eleição estadual. Leiras (2006) argumenta persuasivamente que estas dificuldades de coordenação no interior dos partidos Peronista e Radical são precisamente um dos fatores que explica a desnacionalização partidária na Argentina nos últimos anos.

presidenciais, implicam a manutenção de uma organização altamente flexível e adaptável às circunstâncias locais, com o objetivo de maximizar a competitividade nas eleições estaduais.

Por definição, a provincialização nacional é uma estratégia oposta à presidencialização regional, porque esta última estratégia implica alta integração vertical das estratégias eleitorais e baixa nacionalização horizontal. A presidencialização por sua vez, se contrapõe frontalmente à provincialização: a primeira estratégia envolve movimentos no sentido da integração vertical das estratégias e da votação do partido, e nacionalização horizontal, enquanto a segunda se associa à baixa nacionalização horizontal e vertical. A figura abaixo classifica cada uma das estratégias definidas nesta seção de acordo com o impacto esperado sobre as dimensões vertical e horizontal da nacionalização partidária:

**Quadro 1 : Uma tipologia de Estratégias Eleitorais em Sistemas presidenciais com múltiplos níveis de governo**

Nacionalização vertical	Nacionalização horizontal	
	Baixa	Alta
Alta	Presidencialização regional	Presidencialização
Baixa	Provincialização	Provincialização nacional

Como se vê na figura, a presidencialização é a única estratégia com potencial para produzir um sistema partidário totalmente nacionalizado, nas dimensões vertical e horizontal. Por outro lado, o modelo tipológico sugere que a existência de cargos executivos abertos à disputa eleitoral em níveis inferiores de governo permitem que partidos pouco competitivos na eleição presidencial não apenas sobrevivam eleitoralmente, mas também que estes partidos nacionalizem (horizontalmente) a sua votação. Isso nos leva a crer que o ciclo eleitoral presidencial somente irá produzir um efeito de seleção natural no sistema político favorecendo a sobrevivência de partidos e estratégias de orientação nacional, conforme as hipóteses consagradas sobre o efeito rabo-de-casaca, na presença de determinadas condições institucionais. Essas condições são descritas sinteticamente a seguir:

a) As eleições presidenciais coincidem sempre ou quase sempre com as eleições para a Câmara dos Deputados e, além disso, a disputa à presidência se caracteriza pela alta concentração de votos nos dois principais partidos ou blocos partidários, assumindo formato bipartidário;

b) A autoridade sobre a alocação de recursos e produção de políticas é centralizada pelo governo federal, de tal forma que partidos competitivos nas eleições estaduais, porém não competitivos na eleição presidencial, possuem poucos instrumentos para influenciar o ciclo eleitoral nacional (eleição de deputados);

c) As regras eleitorais e a dinâmica partidária favorecem alta concentração do voto nos dois maiores partidos na disputa presidencial.

d) A liderança nacional dos partidos tem papel preponderante no recrutamento de candidatos e na formação de listas partidárias, de modo que os candidatos às eleições legislativas nacionais têm poucas oportunidades e incentivos para estabelecer uma conexão com os eleitores independente da reputação nacional do partido.

Satisfeitas essas quatro condições, estratégias de provincialização teriam poucas chances de sucesso. Partidos ausentes da corrida à presidência ou incapazes de coordenar as suas estratégias com um dos dois principais contendores na disputa presidencial não teriam como manter a sua base eleitoral nas eleições estaduais. Pelo contrário, o papel

estruturador da disputa presidencial resultaria na predominância dos partidos "presidencializados" também nas disputas estaduais, ampliando a nacionalização horizontal e vertical do sistema.

Obviamente, o cenário sintetizado no quadro acima é altamente improvável em sistemas com múltiplos níveis de governo, uma vez que o federalismo se associa, com frequência, a arranjos institucionais que violam algumas ou a maioria das condições necessárias para a operação do efeito Darwiniano da eleição presidencial. De fato, o cenário de seleção natural da presidencialização não pode ser suposto para um contexto em que as eleições estaduais possuem impacto de relevo sobre a votação nacional dos partidos, e a eleição presidencial não é tão importante para o desempenho dos candidatos ao legislativo. Nas seções seguintes, discorro sobre os incentivos institucionais e evolução da nacionalização partidária agregada no Brasil. Em seguida, demonstro como as estratégias dos maiores partidos no período recente podem ser entendidas com base na tipologia acima.

### **3. Instituições políticas e nacionalização partidária no Brasil**

Diversas análises produzidas nas últimas duas décadas argumentam que o mix institucional brasileiro – separação de poderes, federalismo “robusto” e sistema eleitoral proporcional de lista aberta – contribui para a fragilidade institucional e baixa nacionalização dos partidos políticos. Como nota Ames (2001, p. 42), o sistema proporcional de lista aberta adotado no Brasil tende a enfraquecer a liderança nacional dos partidos vis-à-vis as lideranças estaduais. Isto porque os distritos eleitorais são os estados e a seleção dos candidatos é realizada pelos diretórios estaduais dos partidos. Outro aspecto é que o sistema de lista aberta fortalece os candidatos individuais em relação às lideranças partidárias, promovendo a personalização do processo eleitoral (Ames 1995, Mainwaring 1995, 1999). A relativa autonomia dos diretórios estaduais dos partidos para tomar decisões sobre as listas partidárias induz candidatos e eleitores a seguir uma lógica localista (Samuels, 2003).

A realização de eleições presidenciais e legislativas coincidentes a partir de 1994 vem contribuindo para aumentar a influência do pleito presidencial sobre a eleição para a Câmara. Contrariamente à tese de Samuels (2003), o trabalho de Soares (2013) demonstrou que o desempenho dos grandes partidos brasileiros nas eleições legislativas nacionais é afetada positivamente tanto pela votação dos seus candidatos à governador, quanto pela votação dos seus candidatos à presidência. Algumas pesquisas recentes sustentam ainda que a institucionalização da disputa presidencial nas últimas duas décadas vem contribuindo para organizar a competição eleitoral para os cargos mais importantes em torno de poucas coalizões partidárias viáveis, não obstante a crescente fragmentação partidária na Câmara Federal (Melo 2010, Braga e Silveira 2011, Melo e Câmara 2012).

Não obstante o peso expressivo dos gastos subnacionais no total da despesa governamental, a federação brasileira experimentou leve processo de recentralização nas últimas décadas. Desde meados dos anos 1990, o Executivo federal vem ampliando as suas capacidades de arrecadação de recursos e de formulação e coordenação de políticas públicas, como parte de esforços de estabilização econômica e ajustamento fiscal. Medidas como a renegociação das dívidas dos estados, privatização de bancos estaduais e regras mais estritas de endividamento e gasto de pessoal introduzidas pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) contribuíram para reduzir a capacidade de gasto e financiamento de déficits dos governadores, revertendo parcialmente a descentralização fiscal dos anos 1980. A literatura sobre federalismo vem apontando, ainda, para a conformação de um padrão de produção de políticas sociais que se caracteriza pela municipalização da implementação, mantendo-se no entanto o controle do governo central sobre a formulação e financiamento das políticas (Souza 2002, Almeida 2005, Afonso 2006, Fenwick 2009).

No que diz respeito à dinâmica de formação de coalizões e coligações, pode-se dizer que esta não favorece a nacionalização partidária. A participação em coligações presidenciais vencedoras não é pré-requisito para participar do governo. Raramente as coligações presidenciais formadas no 1º turno das eleições obtêm maioria na Câmara dos Deputados, de modo que os presidentes são obrigados a buscar o apoio de partidos que não participaram da eleição, ou apoiaram outros candidatos, ou disputaram com candidatura própria<sup>3</sup>. Com isso se reduzem os benefícios de participar de coligações presidenciais vencedoras, uma vez que os apoiadores de primeira hora da candidatura presidencial são obrigados a dividir espaço com outros partidos.

Em síntese, a relativa perda de importância das arenas decisórias estaduais, concomitantemente à mudança no calendário eleitoral e redução do número de candidatos efetivos à presidência implicam incentivos mais fortes para a nacionalização partidária. Por outro lado, a incongruência entre a arena eleitoral presidencial e a arena governativa, o sistema eleitoral e a influência das eleições estaduais sobre as eleições legislativas nacionais apontam na direção contrária.

### **3.1 – Evolução da nacionalização partidária no Brasil pós-1990**

Esta seção apresenta evidências que comprovam uma tendência de ampliação moderada da nacionalização horizontal do sistema partidário brasileiro após 1994. Dentre os vários indicadores de nacionalização partidária utilizados na literatura comparativa, optamos pela utilização do índice de nacionalização partidária (INP). O INP tem como vantagens a facilidade de cálculo e a comparabilidade entre distintos países e sistemas políticos (Mainwaring e Jones, 2003). O INP é calculado a partir do coeficiente Gini de distribuição de votos dos partidos no território, atribuindo pesos idênticos a cada um dos distritos eleitorais. Dada uma distribuição de votos perfeitamente equitativa, isto é, supondo que o partido obteve o mesmo percentual de votos em todos os distritos, o índice Gini será igual a 0, indicando máxima nacionalização. Por outro lado, quanto mais heterogênea a distribuição de votos, tanto maior o Gini e, portanto, menor o grau de nacionalização horizontal. Assim, o INP é calculado como 1 (um) menos o Gini de distribuição de votos, de modo que para um Gini de zero o INP assume valor máximo (1). O cálculo do INP para o conjunto dos partidos que obtêm votos numa dada eleição nada mais é que uma média do INP obtido para cada partido, ponderado pela sua votação.

Seguindo o mesmo procedimento adotado em outras pesquisas, o INP foi calculado para a distribuição da votação dos partidos brasileiros nos 27 estados da federação, cobrindo período de 1989 a 2010. A análise inclui as eleições para presidente, governador e deputado federal. A tabela abaixo mostra a evolução da nacionalização partidária nas eleições para presidente e deputado federal a partir de 1989.

---

<sup>3</sup> Entre 1989 e 2010, as coligações vitoriosas na eleição presidencial obtiveram maioria no Congresso em apenas duas ocasiões. Em 1998 a coligação PSDB-PFL-PTB-PP conquistou 58% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Em 2010, quando Dilma Rousseff se elegeu com o apoio da mais ampla coligação eleitoral presidencial já formada no recente período democrático, com 10 partidos, a coligação obteve 50.2% das cadeiras.

**Tabela 1: Índice de Nacionalização Partidária (INP), eleições presidenciais e para deputado federal, 1989-2010**

	<b>Presidente</b>	<b>Deputado federal</b>
<b>1989/1990</b>	0.62	0.48
<b>1994</b>	0.84	0.51
<b>1998</b>	0.86	0.61
<b>2002</b>	0.86	0.60
<b>2006</b>	0.81	0.59
<b>2010</b>	0.83	0.62

Fontes: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br). Elaboração própria.

A tabela mostra dois momentos de mudança nos índices de nacionalização partidária. Em 1994, a nacionalização da disputa presidencial se amplia mais de 20 pontos percentuais, mantendo-se a partir daí em patamares elevados, em torno de 0.80. No que diz respeito à nacionalização da disputa legislativa, observa-se pequena ampliação em 1994, seguida de incremento expressivo em 1998. A partir de 2002, observa-se uma estabilização da nacionalização partidária, em patamares bem mais altos do que no início da série.

Em que pese a expressiva ampliação da nacionalização verificada nestes 20 anos, em termos comparativos o sistema partidário brasileiro permanece sendo um dos mais desnacionalizados das Américas. A tabela abaixo mostra o INP médio para outros cinco países (Argentina, México, Colômbia, Bolívia e Equador), além do Brasil. Estes casos foram selecionados a partir da base de Harbers (2010), que inclui 16 países da América Latina. A tabela inclui apenas os seis países (dentre estes, o Brasil) que apresentaram os percentuais mais altos de despesa subnacional total em relação à despesa pública global. Ou seja, a comparação inclui apenas países onde já se esperaria uma baixa nacionalização, em função da descentralização do governo. Mesmo no interior deste grupo, o Brasil figura entre os sistemas partidários mais desnacionalizados, juntamente com Argentina e Equador (ver abaixo):

**Tabela 2: INP médio, eleições legislativas nacionais, Brasil e federações selecionadas, vários anos**

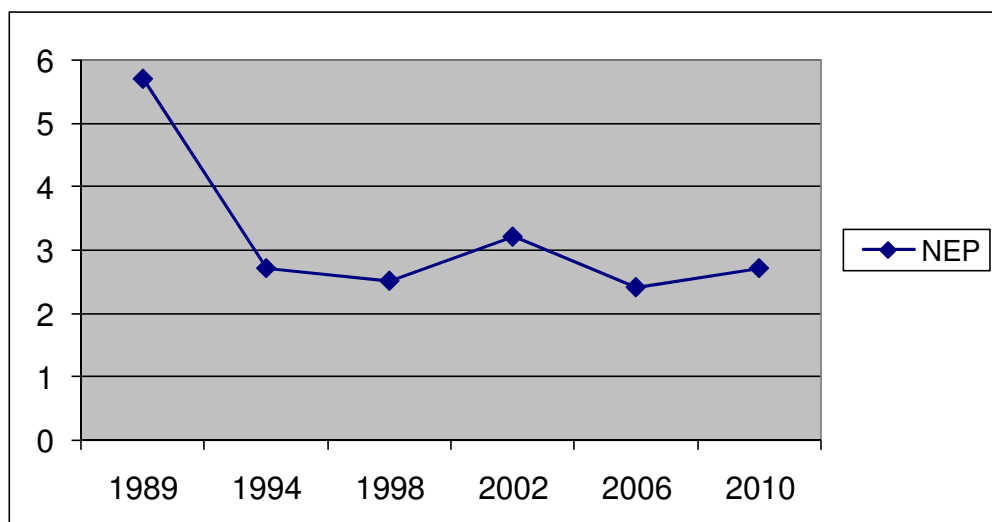
<b>País</b>	<b>INP médio</b>
Brasil (1991-2010)	0.58
Argentina (1989-2007)	0.57
Bolívia (1985-2005)	0.76
Colômbia (1978-2006)	0.69
Equador (1979-2006)	0.57
México (1994-2009)	0.79

Fontes: Tabela 1, Mainwaring e Jones (2003); Alessandro (2009); Harbers (2010); [www.ife.org.mx](http://www.ife.org.mx)

No que diz respeito à nacionalização da disputa presidencial ocorreu expressiva ampliação entre 1989 e 1998. Uma provável explicação para a evolução da nacionalização

do sistema partidário presidencial está na diminuição do número de candidatos efetivos a partir de 1994. Desde aquele ano, a disputa vem adquirindo um caráter marcadamente bipolar, com a entrada ocasional de terceiros candidatos relevantes (a exemplo de Garotinho em 2002). A figura 2 apresenta a evolução da fragmentação eleitoral das eleições presidenciais desde 1989:

**Figura 1: Número efetivo de partidos, eleições presidenciais 1989-2010**



Fonte: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br). Elaboração própria.

#### **4. As estratégias dos partidos brasileiros frente aos incentivos institucionais**

A análise realizada nesta seção inclui os partidos que obtiveram percentual mínimo de votos (4%) nas três últimas eleições para a Câmara Federal (2002, 2006 e 2010). Com a aplicação dos critérios, foram selecionados oito partidos: PMDB, PSDB, DEM, PT, PSB, PP, PDT e PTB. Pelo menos desde 1998, estas oito legendas figuraram sempre entre as maiores em termos de votos para a Câmara Federal, concentrando um percentual da votação total que variou entre 73% (2010) e 82% (2002). Em resumo, são estes os partidos mais relevantes do ponto de vista eleitoral e sobre os quais concentramos a nossa análise.

A tabela abaixo mostra a participação de cada um dos partidos selecionados nas eleições presidenciais realizadas desde 1989:

**Tabela 3: Participação em eleições presidenciais, partidos selecionados, 1989-2010**

<b>Partido</b>	<b>Apresentou candidato</b>	<b>Coligou-se a outro partido</b>	<b>Total</b>
PSDB	6	0	6
PT	6	0	6
PDT	3	2	5
PSB	1	4	5
PFL/DEM	1	4	5
PTB	1	4	5
PMDB	2	2	4
PP	2	1	3

Fonte: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

Conforme a tabela, PT e PSDB são os únicos partidos a participar de todas as eleições presidenciais desde 1989 com candidato próprio. Quando se considera o total de participações (candidaturas + coligações), PMDB e PP são os partidos que menos estiveram presentes na disputa presidencial. Por sua vez, PSB e DEM se destacam no total de vezes em que apoiaram o PT e o PSDB respectivamente. Todas as participações em coligações destes dois partidos envolveram alinhamento a um dos principais competidores na disputa presidencial (quatro vezes). PTB e PDT vem logo em seguida em número de apoios ao PSDB e ao PT: o PTB apoiou candidatos do primeiro partido em três ocasiões e o PDT apoiou os do PT em duas eleições. Por fim, O PMDB se aliou ao PSDB em 2002 e ao PT em 2010, enquanto o PP apoiou o PSDB em 1998.

Resta saber em que medida a decisão de se aliar a um dos dois principais partidos na arena presidencial implicou ou não a subordinação das estratégias na eleição estadual (governador) à estratégia nacional. No presidencialismo de coalizão brasileiro, a coordenação de estratégias entre diferentes partidos de uma mesma coligação envolve a troca de apoios e a postulação/retirada estratégica de candidaturas nos vários distritos. Assim, partidos que coordenam a sua estratégia com o partido do candidato presidencial ao qual concederam apoio devem apresentar, nas disputas a governador, baixo número de confrontos diretos com o cabeça de chapa da coligação nacional e elevado número de apoios ao cabeça de chapa nos estados em que este lançou candidato (Cortez, 2009). Adotou-se aqui o pressuposto de que o partido do candidato à presidência toma as suas decisões de lançamento de candidaturas e apoios ao partido aliado e este, então, deve decidir se aceita coordenar as suas estratégias ou não. Isto é, com o intuito de simplificar a análise, tomamos o total de candidaturas a governador do cabeça de chapa na eleição presidencial como fixo e independente das decisões do partido aliado.

Com o intuito de sintetizar em indicadores de fácil interpretação e análise as estratégias dos vários partidos, calculei para cada eleição o percentual de vezes em que: a) cada um dos partidos coligados ao PT e ao PSDB apoiaram os cabeças de chapa na eleição presidencial nas eleições a governador (apoios); b) o PT ou o PSDB concorreram com o partido aliado na disputa a governador (confrontos)<sup>4</sup>. Em seguida, calculei as médias

<sup>4</sup> Para cálculo do percentual de apoios, utilizei como denominador o total de candidaturas a governador do PT ou PSDB a cada eleição. Isso porque, uma vez que os partidos considerados na análise participam das disputas estaduais em todos ou quase todos os estados (como coligados ou cabeças de chapa), a decisão de não apoiar o PT ou PSDB em algum estado indica quase sempre que o partido apoiou outra candidatura ou lançou candidatura própria. No caso do percentual de confrontos considerou-se também o total de candidaturas do cabeça de chapa presidencial.

de apoios e confrontos para cada partido coligado, somando os percentuais e dividindo pelo total de eleições. Considerei apenas as eleições realizadas a partir de 1994, por entender que os incentivos à coordenação eleitoral se tornaram mais fortes com a realização de eleições coincidentes (governador e presidente).

**Tabela 4: Coordenação eleitoral entre os principais aliados das coligações presidenciais encabeçadas por PT e PSDB (apoios e confrontos diretos nas eleições a governador), 1994-2010**

Partido	Coligações PT		Coligações PSDB	
	Apoios (%)	Confrontos (%)	Apoios (%)	Confrontos (%)
PSB	61.95	3.83	-	-
DEM	-	-	61	12.85
PMDB	20	70	28	50
PTB	-	-	40.95	9.04
PP	-	-	42.85	28.57
PDT	60	25	-	-

Fontes: Cortez (2009) e [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

Como se vê na tabela, PSB e PFL são os partidos que mais coordenam as suas estratégias na disputa para governador com PT e PSDB respectivamente. Os aliados preferenciais do PT e do PSDB apóiam os cabeças de chapa presidenciais na maioria dos estados e, ainda, coordenam as decisões de lançamento de candidaturas de modo a evitar confrontos diretos. O PDT vem logo em seguida, com taxas de apoio ao PT comparáveis àquelas registradas para o PSB, porém com um maior ocorrência de confrontos nas eleições para governador. Num outro extremo, encontra-se o PMDB como exemplo de baixa integração das alianças para presidente e governador. Nas poucas vezes em que participou de coligações presidenciais lideradas por PT (2010) ou PSDB (2002), o partido adotou estratégia independente nos estados, o que se reflete no elevado percentual de confrontos com estes. Finalmente, PTB e PP também apresentam índices de coordenação com os cabeças de chapa na eleição presidencial mais baixos relativamente ao PSB e DEM.

Passamos agora à análise das estratégias dos partidos que lideram as coligações presidenciais mais importantes. Via de regra, PT e PSDB realizam alianças nas disputas a governador com base nos seus objetivos nacionais. Essa estratégia envolve a reprodução da bipolaridade nacional PT-PSDB nas disputas estaduais: mesmo quando estes partidos realizam coligações não congruentes com a coligação nacional, o fazem com o objetivo de montar um palanque competitivo para enfrentar o candidato do seu adversário nacional ou o candidato apoiado por este. Por exemplo, nas eleições de 1994 PSDB e PT se enfrentaram diretamente ou indiretamente (participando de coligações adversárias) em nada menos que 20 dos 27 estados (Cortez, 2009, p. 89). A tabela abaixo classifica as alianças (apoios recebidos e concedidos) realizadas por PT e PSDB nas eleições para governador em dois grupos: alianças com partidos da coligação presidencial e alianças com candidaturas adversárias (considerando todas as candidaturas eleitoralmente relevantes, i.e., que receberam mais de 2% dos votos).



**Tabela 5: Alianças estaduais (eleições para governador) realizadas por PSDB e PT com partidos da coligação presidencial e candidaturas adversárias (%), 1994-2010**

	PSDB			PT		
	Total de alianças	% alianças com partidos coligação	% alianças com candidaturas adversárias	Total de alianças	% alianças com partidos coligação	% alianças com candidaturas adversárias
<b>1994</b>	55	20.00	36.36	50	84.00	16.00
<b>1998</b>	90	46.67	11.11	65	90.77	13.85
<b>2002</b>	36	36.11	0	44	97.73	0
<b>2006</b>	64	42.19	0	66	51.52	0
<b>2010</b>	74	63.51	1.31	107	76.64	0

Fonte: www.tse.gov.br, Miranda (2013). Elaboração própria.

Como se vê na tabela, o PT apresenta, na média, alianças estaduais mais congruentes com a aliança nacional. Em 2002, por exemplo, menos de 3% das alianças foram realizadas com parceiros de fora da coligação. Já o PSDB realiza com maior frequência alianças com partidos não coligados. Isso se explica em parte pela maior aproximação do PSDB com partidos posicionados no espaço ideológico do centro à direita que se caracterizam pela baixa integração entre as suas estratégias eleitorais nacionais e estaduais, como é o caso do PP e do PMDB.

Ao longo do tempo, o percentual de coligações realizadas pelo PT e pelo PSDB com partidos de candidatos adversários na eleição presidencial decresce consistentemente. Ainda que se possa atribuir os valores nulos em 2002 e 2006 à regra da verticalização, é digno de nota que em 2010, quando não mais vigorava a regra, as alianças foram novamente verticalizadas. PT e PSDB não trocaram apoios entre si em nenhum estado<sup>5</sup>.

As evidências apresentadas até aqui indicam que PT, PSDB, DEM e PSB apresentam as estratégias eleitorais mais próximas à noção de presidencialização. Ou seja, em que pesem as variações ao longo do tempo, é possível dizer que estes partidos fizeram uma escolha no sentido subordinar as suas estratégias estaduais a uma estratégia nacional cujo objetivo central é garantir a vitória na eleição presidencial e a participação no governo nacional. Apesar de também ter adotado estratégias orientadas para a disputa presidencial, o PDT apresenta menor consistência nas suas estratégias relativamente aos parceiros preferenciais do PT e do PSDB. Com o crescimento eleitoral de Lula e do PT, no entanto, o PDT perdeu a capacidade de liderar a esquerda na arena presidencial, assumindo papel de coadjuvante, perdendo relevo na disputa nacional (Melo, 2006). Desde então, o partido vem oscilando entre a tentativa de lançar candidaturas à presidência e adotar postura de relativa independência com respeito ao PT (a exemplo da decisão de lançar Cristóvam Buarque à presidência em 2006), ou, alternativamente, se conformar com o alinhamento aos petistas nos estados, o que ocorreu de forma mais clara em 2010.

Quanto aos demais partidos aqui analisados - PMDB, PP e PTB - pode-se dizer que apresentam estratégias nacionais e estaduais bem menos consistentes com respeito aos casos de presidencialização. O que ainda resta saber é qual o papel das disputas estaduais para as estratégias de nacionalização e sobrevivência eleitoral destes partidos. Um primeiro indicador a ser considerado é a capacidade das agremiações partidárias de competir de forma efetiva pelas governadorias nos vários estados da federação. A tabela abaixo traz um quantitativo simples de candidaturas a governador por partido e ano da eleição. Os três

<sup>5</sup> Em 2010 o PSDB apoiou o PV no estado do Rio de Janeiro, partido que contava com candidatura presidencial própria. Vale notar porém que o PV é um partido de pouco peso nas disputas estaduais, além de que essa foi a única aliança com candidaturas adversárias dentre as 74 realizadas pelo PSDB.

partidos com maior número de candidaturas a cada ano da série foram destacados em negrito:

**Tabela 6: Total de candidaturas aos governos estaduais, partidos selecionados, 1990-2010**

Partido	1990	1994	1998	2002	2006	2010	Média
<b>PT</b>	<b>23</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>24</b>	<b>18</b>	<b>10</b>	18.33
<b>PSDB</b>	<b>13</b>	10	<b>14</b>	12	<b>17</b>	<b>15</b>	13.50
<b>PFL</b>	9	7	12	8	7	4	7.83
<b>PMDB</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	16.50
<b>PSB</b>	1	4	7	<b>19</b>	8	9	8
<b>PDT</b>	10	<b>14</b>	6	9	11	4	9
<b>PTB</b>	5	5	2	8	1	3	4
<b>PP</b>	9	10	5	6	3	4	6.17

Fonte: www.ipeadata.gov.br . Elaboração própria.

A tabela mostra que os únicos partidos a figurar entre os três primeiros em número de candidaturas em todas as seis eleições consideradas são o PT e o PMDB. Quando se considera a média de candidaturas por ano, os quatro partidos mais presentes nas disputas estaduais são, pela ordem, PT, PMDB, PSDB e PDT. A maior presença nacional do PT e do PSDB é natural considerando o peso destas agremiações na disputa pelo executivo nacional; a força estadual destes partidos é, em realidade, reflexo da sua preponderância nacional. Por sua vez, o PMDB se destaca pela manutenção da capacidade de apresentar candidaturas a governador em elevado número de estados, não obstante a sua perda de relevo no cenário nacional. O mesmo não se verifica no caso do PDT, partido que, a cada eleição, vem reduzindo o número de candidaturas.

A próxima tabela mostra o INP médio para a votação dos partidos nas eleições para governador realizadas entre 1990 e 2010. PMDB e PT são os partidos com a votação mais bem distribuída nos estados, obtendo médias aproximadamente idênticas. À exceção do PMDB, PT e PSDB, todos os demais partidos têm INP médios inferiores a 0.20, sendo PP e PTB as agremiações com os padrões de votação mais regionalizados.

**Tabela 7: INP médio, eleições para governador, partidos selecionados, 1990-2010**

	Média	Desvio-padrão
<b>PT</b>	0.42	0.11
<b>PMDB</b>	0.42	0.06
<b>PSDB</b>	0.33	0.07
<b>DEM</b>	0.19	0.07
<b>PDT</b>	0.18	0.07
<b>PSB</b>	0.17	0.10
<b>PP</b>	0.15	0.07
<b>PTB</b>	0.09	0.03

Fonte: www.ipeadata.gov.br . Elaboração própria.

O que se pode inferir dos dados é que o PMDB foi muito mais bem sucedido do que outros partidos na construção de uma estratégia de provincialização nacional. O que caracteriza esta estratégia é a baixa integração entre as decisões de formação de alianças e lançamento de candidaturas no plano nacional e estadual, bem como a apresentação de candidaturas a governador no máximo número de distritos, com o objetivo de garantir a manutenção de uma base eleitoral bem distribuída no território. Por sua vez, PP e PTB apresentam estratégias bem mais regionalizadas, o que se reflete no número decrescente de candidaturas ao longo dos anos e baixo INP médio.

Isso não quer dizer no entanto, que se possa falar da adoção de estratégias de provincialização regional por estes partidos, uma vez que a realização de coligações permite às agremiações sem condições de lançar candidatos competitivos nas várias regiões ampliar a sua presença nacional. O grande número de coligações realizados por todos os partidos eleitoralmente relevantes nas disputas a governador, e a presença nacional destas organizações na eleição para deputado federal, indica claramente que não há, a rigor, partidos regionais dentre as maiores agremiações (Carreirão 2012, Miranda 2013)<sup>6</sup>.

### **5.1 - Os impactos das estratégias partidárias sobre a nacionalização nas eleições legislativas**

Como as estratégias eleitorais até aqui descritas impactam a nacionalização dos partidos? Em particular, em que medida as eleições para governador e presidente influenciam a votação para deputado federal? Com base no argumento desenvolvido até aqui, pode-se supor que as estratégias de provincialização resultam em padrões de votação para a Câmara Federal mais associados à eleição estadual. De forma análoga, quando os partidos subordinam as suas estratégias estaduais às coligações presidenciais, é de se esperar que o efeito rabo-de-casaca presidencial ganhe relevo.

Para testar empiricamente a vinculação entre os pleitos, desenvolvi um modelo com dados longitudinais para as votações de cada um dos partidos para governador, deputado federal e presidente no período 1994-2010. Considerou-se apenas as eleições em que os partidos participaram da eleição presidencial, seja como partido coligado, seja com candidato próprio. Nos casos em que o partido estava coligado, considerou-se a votação do partido do cabeça de chapa presidencial. Para lidar com as violações do modelo de regressão linear presentes na análise de dados longitudinais, adotou-se um modelo linear misto, com intercepto aleatório. Modelos de efeitos mistos estendem o modelo de regressão linear simples, incluindo termos para modelar a estrutura de correlação dos resíduos. A aplicação deste tipo de modelo a análise de dados longitudinais permite estimar efeitos aleatórios para cada uma das unidades de análise, além de efeitos fixos para as variáveis independentes  $x_{ij}$  (Bagiella, et al. 2000). A estimação de efeitos aleatórios no intercepto permite dar conta da heterogeneidade entre os casos decorrente de fatores não mensurados (ex. legados culturais ou históricos específicos ao estado j).

A variável dependente do modelo é a votação do partido  $x$  no estado  $j$  na eleição  $i$  e as variáveis independentes de interesse são a votação para presidente (do partido ou cabeça de chapa no caso de partido coligado) e governador. Como controles, incluí uma dummy para a presença de um governador do partido no estado, no período anterior à eleição (*incumbente*), e uma medida do desvio da votação do partido na eleição para

---

<sup>6</sup> Ao longo da década de 1990, a criação de pequenos partidos com existência restrita a um único (ou poucos) estado(s) da federação, a exemplo do PRS (Partido das Reformas Sociais) que disputou a eleição de governador de 1991 em Minas Gerais, não teve continuidade. O PRS nasceu como uma dissidência do PMDB e foi extinto logo após a eleição de Hélio Garcia como governador de MG.. Neste sentido, o Brasil se diferencia claramente da federação argentina, onde são comuns partidos de vocação provincial cuja existência nas arenas eleitoral e governativa se resume a uma única província (Leiras, 2006).

deputado federal relativamente à votação nacional no pleito imediatamente anterior à i-ésima eleição (*reduto*)<sup>7</sup>.

Os modelos foram estimados em separado para todos os partidos selecionados para análise. O modelo estimado para o PP apresentou problemas de colinearidade entre as variáveis *reduto* e votação para governador ( $r=0.7$ ). Como o N é de apenas 54, decidiu-se pela supressão primeira variável. Os resultados são apresentados abaixo:

**Tabela 8: Modelo linear misto para votação por estado nas eleições para deputado federal, partidos selecionados, 1990-2010**

	PSDB	PT	PFL	PSB	PMDB	PDT	PTB	PP
<b>Constante</b>	-33.87 (6.92)	-67.10 (5.44)	-41.77 (9.08)	8.21 (9.09)	-52.12 (9.99)	-23.88 (7.90)	-14.76 (6.62)	6.92 (1.59)
<b>reduto</b>	***0.80 (0.14)	***1.49 (0.11)	***0.76 (0.16)	-0.15 (0.19)	***1.13 (0.17)	***0.58 (0.16)	***0.38 (0.13)	- -
<b>vt presidente</b>	***0.10 (0.03)	***0.15 (0.02)	***0.20 (0.05)	*0.08 (0.03)	0.03 (0.03)	-0.01 (0.02)	0.00 (0.02)	0.09 (0.07)
<b>incumbente</b>	5.84 (1.53)	1.11 (1.16)	2.84 (2.67)	***7.66 (1.73)	1.70 (1.88)	1.43 (1.79)	***19.16 (3.23)	-2.78 (2.60)
<b>vt governador</b>	***0.08 (0.03)	0.08*** (0.02)	***0.20 (0.04)	0.00 (0.03)	***0.10 (0.04)	*0.05 (0.02)	***0.11 (0.04)	***0.34 (0.05)
<b>N</b>	135	135	108	108	81	108	108	54
<b>Loglikelihood</b>	-430.48	-364.67	-369.54	-319.75	-276.99	-305.68	-312.20	-179.14

\*\*\*  $p < 0.001$ ; \*\*  $p < 0.05$ ; \*  $p < 0.10$

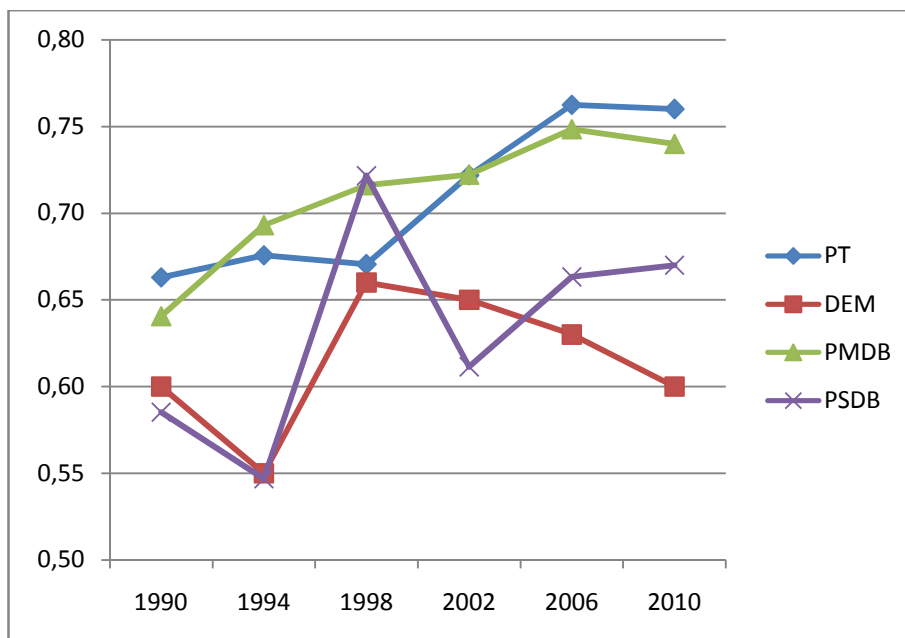
Os coeficientes em negrito indicam qual das duas variáveis de votação nas eleições majoritárias (presidente e governador) teve maior impacto sobre a votação do partido. Os resultados demonstram que o efeito *rabo-de-casaca* presidencial só estatisticamente relevante para os partidos que adotaram estratégias de presidencialização, com a exceção do PDT. As equações estimadas para o PMDB, PP e PTB sugerem que o efeito da eleição presidencial é nulo, enquanto o *rabo-de-casaca* governatorial é positivo e estatisticamente significativo. Vale observar ainda que o efeito da votação de presidente é mais forte que o efeito da votação de governador para três dos partidos "presidencializados": PT, PSB e PSDB. Os efeitos médios estimados para o *coattails* presidencial e governatorial com respeito à votação do DEM são similares.

De modo geral, a análise estatística suporta a argumentação desenvolvida até aqui. As estratégias adotadas pelos partidos com respeito às disputas para o executivo nacional e estadual têm implicações claras sobre as suas votações na eleição para a Câmara. Em poucas palavras, partidos que apostam na presidencialização tendem a depender mais ou de forma similar da votação na eleição presidencial para impulsionar seus candidatos ao legislativo nacional comparativamente à votação para governador. Por sua vez, partidos que adotam estratégias de provincialização têm que contar basicamente com o *rabo-de-casaca* dos seus candidatos a governador.

<sup>7</sup> A variável *reduto* foi calculada subtraindo-se da votação do partido no estado na eleição anterior a o percentual da votação nacional, somando 100 e dividindo o resultado por 2. Com essa transformação matemática, votações acima da média nacional assumem valores maiores que 50 e valores abaixo da média, inferiores a 50.

Resta saber como essa dinâmica impactou a nacionalização dos partidários no período em análise. A tabela a seguir mostra a evolução do INP para os quatro maiores partidos brasileiros no período – PT, PSDB, PMDB e PFL/DEM.

**Figura 2: INP para eleições legislativas nacionais, PT, DEM, PMDB e PSDB, 1990-2010**

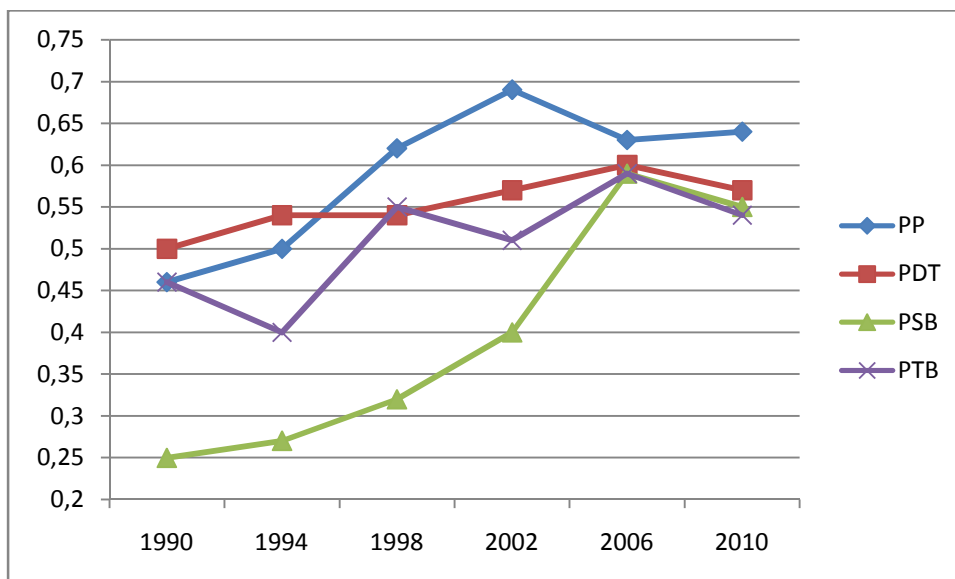


Fonte: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Elaboração própria.

A figura demonstra que a evolução da nacionalização acompanha, em alguma medida, os ciclos eleitorais presidenciais. O melhor resultado do PSDB e do DEM foi obtido em 1998, ano da reeleição do presidente Fernando Henrique, em que os dois partidos estiveram coligados na disputa presidencial. A partir de 2002, com uma série de vitórias do PT no pleito presidencial, o grau de nacionalização deste partido se amplia significativamente, enquanto PSDB e DEM perdem espaço. Por sua vez, a evolução da nacionalização do PMDB não parece indicar uma vinculação clara com a dinâmica eleitoral presidencial, dado que o INP se amplia em todos os anos, à exceção de 2010. Vale observar que em 1998 o PMDB não apoiou nenhum candidato e em 2006 não celebrou coligação formal, decidindo apoiar informalmente a reeleição de Lula.

A figura a seguir compara a evolução do INP dos partidos médios (PP, PDT, PSB e PTB) no período. No interior deste grupo, o partido mais nacionalizado é o PP. Vale notar a rápida nacionalização do PSB, que passou de uma votação altamente regionalizada em 1990 (INP=0,25) para índices mais próximos da média nacional ao final da série (INP=0,55). Essa mudança no patamar de nacionalização se associa também ao impressionante crescimento eleitoral do PSB, que saiu de 2% dos votos em 1990 para 7,3% em 2010. Em contraste, o PDT teve a sua votação reduzida à metade, de 10% em 1990 para 5% do total de votos válidos em 2010.

**Figura 3: INP para eleições legislativas nacionais, PP, PDT, PSB e PTB, 1990-2010**

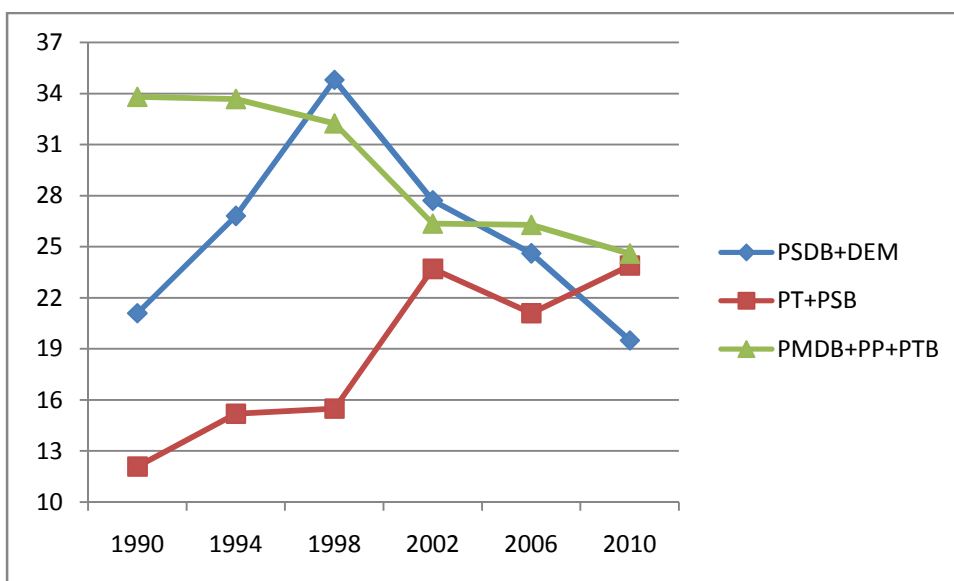


Fonte: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Elaboração própria.

É interessante observar que, à exceção do DEM, que manteve o mesmo índice de nacionalização observado no início da série, todos os demais partidos aqui analisados experimentaram crescimento da nacionalização eleitoral entre 1990 e 2010. Entretanto, uma simples análise de variância utilizando o INP como variável dependente demonstra que a variação entre os partidos é muito maior do que a variação entre os anos. A estatística F para a comparação entre os resíduos do modelo apenas com a variável partidos e o modelo completo (ano de eleição + partidos) é de 9.27 ( $p < 0.001$ ), o que comprova que diferenças entre os partidos "explicam" muito mais da variação no INP do que mudanças agregadas no INP ano a ano. Chama a atenção ainda o fato de que os dois partidos que lograram alcançar os mais elevados níveis de nacionalização ao longo destes 20 anos - PT e PMDB - se valeram de estratégias rigorosamente incongruentes entre si. Enquanto o PT apostou de forma decidida na presidencialização, subordinando todas as estratégias do partido ao objetivo de conquistar a presidência, o PMDB escolheu o caminho da provincialização nacional, estabelecendo como prioridade o lançamento de candidaturas competitivas no máximo número de estados, independente dos posicionamentos nacionais do partido.

Dadas as opções abertas aos partidos sem condições de apresentar candidatos viáveis à presidência, qual o tamanho do custo eleitoral decorrente do não alinhamento a um dos dois principais blocos concorrentes na disputa nacional? A tabela abaixo mostra a evolução da votação nacional dos partidos que adotaram estratégias consistentes de presidencialização - os blocos PT/PSB e PSDB/DEM - , comparativamente à votação dos partidos que escolheram provincializar as suas estratégias (PP, PTB e PMDB). O PDT não foi incluído na análise com base no entendimento de que este partido não logrou desenvolver uma estratégia de presidencialização consistente, o que torna mais difícil realizar inferências comparativas sobre o seu desempenho eleitoral.

**Figura 4: Votação nacional para a Câmara dos Deputados agregada por blocos partidários, PT-PSB, PSDB-DEM, PMDB-PP-PTB, 1990-2010**



Fonte: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br).

Dois aspectos chamam a atenção no gráfico acima. Primeiro, há uma relação muito clara entre o ciclo eleitoral presidencial e o desempenho dos blocos PT/PSB e PSDB/DEM nas eleições para deputado federal. No período 1994-1998, o PSDB obteve, em média, 53.5% dos votos válidos no primeiro turno da eleição presidencial, contra uma média de 32.47% dos votos nas três eleições subsequentes. Com a série de três derrotas para o PT na disputa para a presidência a partir de 2002, PSDB e DEM encolheram nas eleições para deputado federal, caindo a um patamar de votação inferior ao observado em 1990. O DEM sofreu as maiores perdas: após um pico de 17.3% da votação nacional em 1998, o partido obteve apenas 7.3% dos votos válidos em 2010. De forma exatamente inversa, PT e PSB colheram os frutos da boa performance dos candidatos presidenciais petistas, ultrapassando o bloco PSDB-DEM na última eleição.

O segundo aspecto digno de nota é a constante perda de votos dos demais partidos entre 1990 e 2002. O partido que mais perdeu votos foi o PMDB, que saiu de um patamar de 20% da votação nacional em 1990 para pouco mais de 13% em 2010. Em alguma medida, a decadência eleitoral do partido reflete a perda de importância no cenário nacional, com formação de um sistema partidário presidencial polarizado por PT e PSDB. Este resultado não é surpreendente e está de acordo com as expectativas da literatura sobre efeito coattails. Por outro lado, PMDB, PP e PTB lograram estabilizar a sua votação em torno de 1/4 do total nacional nas últimas três eleições, em um cenário de ampliação da fragmentação partidária e crescimento eleitoral das agremiações de esquerda.

O caso do PP é especialmente interessante, pois o partido conseguiu manter a sua votação em torno de 7-8% do total nacional ao longo do período analisado. A decisão de não se vincular a nenhum dos blocos partidários capitaneados por PT e PSDB na eleição presidencial - exceção feita à eleição de 1998, quando apoiou a reeleição de FHC - permitiu ao partido sobreviver eleitoralmente apostando no pragmatismo na arena eleitoral e governativa. O relativo sucesso do PP contrasta com a decadência eleitoral do seu mais importante competidor no campo da direita, o DEM: na condição de parceiro menor do PSDB, este último partido manteve-se fiel à estratégia de presidencialização escolhida,

juntando-se ao bloco de oposição ao governo com as vitórias do PT na eleição presidencial em 2002, 2006 e 2010. Sem as amarras de uma estratégia nacional, de forma diversa, o PP evitou perdas que incorreria tivesse optado por se contrapor a um governo de centro-esquerda popular; pelo contrário, o partido apoiou o governo Lula no legislativo sendo devidamente recompensado por isso com pastas ministeriais. É ainda digno de nota o expressivo crescimento da nacionalização eleitoral do PP no período, da ordem de 39% (2º maior dentre todos os casos, logo atrás do PSB), considerando ter sido este o partido com o menor número de participações em eleições presidenciais no período<sup>8</sup>.

Talvez não coincidentemente, os três partidos que escolheram estratégias mais próximas à definição de provincialização - PMDB, PP e PTB - adotaram postura *office-seeking* frente às vitórias do PT nas três últimas eleições presidenciais. A partir de dados de survey realizado entre os parlamentares, Melo e Câmara (2012) identificam no interior do legislativo brasileiro um bloco de *partidos de sustentação*, integrado por estas três organizações. Do ponto de vista ideológico, PMDB, PP e PTB mostram-se mais semelhantes ao DEM e ao PSDB do que ao PT, o que demonstra que a participação nos gabinetes formados por Lula e Dilma Roussef entre 2003 e 2014 implicou sacrifício dos objetivos de *policy* em favor da ocupação de cargos no governo.

### Considerações finais

Em acordo às hipóteses da literatura comparativa, a evolução recente da nacionalização partidária no caso brasileiro demonstra que a formação do sistema partidário se vincula à disputa pela presidência. A realização de eleições coincidentes para presidente, governador e deputado federal a desde 1994 vem contribuindo para ampliar os incentivos à coordenação entre as disputas, assim impulsionando a nacionalização das eleições para a Câmara.

Se é verdade que a nacionalização dos partidos contribui para conferir estrutura e inteligibilidade a um sistema partidário que figura entre os mais fragmentados do mundo, é também verdade que as instituições federativas e o caráter coalicional do presidencialismo brasileiro possibilitam a sobrevivência de partidos de orientação provincial. Uma vez que a participação em coligações presidenciais vencedoras não é pré-requisito para participar de coalizões governativas, a melhor estratégia para partidos de orientação *office-seeking* como o PMDB é garantir acesso permanente aos cargos e verbas do governo federal, sem no entanto sacrificar a capacidade das seções estaduais do partido de definir estratégias regionalizadas de formação de coligações e lançamento de candidaturas.

Um dos efeitos do amplo leque de opções abertas aos partidos sem condições de lançar candidatos viáveis à presidência é a mitigação do efeito de seleção natural da competição presidencial. O não alinhamento aos grandes partidos presidenciais não resulta necessariamente em perdas eleitorais ou em padrões de votação mais desnacionalizados. A formação de coalizões de governo multipartidárias, por sua vez, implica para todos os efeitos na redução do tamanho do "prêmio" vinculado à presidência: uma vez que as coligações formadas no período eleitoral raramente logram obter maioria de cadeiras na Câmara, os partidos vitoriosos devem necessariamente dividir espaço no governo com outros partidos não integrantes da coligação se quiserem governar de maneira efetiva.

Somam-se a estes efeitos os custos potenciais de estratégias de presidencialização em um sistema político onde os benefícios de ocupar cargos e participar do governo federal

---

<sup>8</sup> Certamente, o modelo de estratégias eleitorais apresentado neste artigo não tem a pretensão de dar conta de toda a variação observada no desempenho eleitoral dos partidos. Muitos outros fatores podem ter influenciado as mudanças ocorridas no período. Feita esta ressalva, parece razoável supor, com base nas evidências comparativas, que a não adoção de estratégias de presidencialização não implica necessariamente perdas eleitorais.



são muito expressivos relativamente aos benefícios de *policy* de permanecer na oposição. O declínio eleitoral do DEM reflete precisamente o custo de fazer oposição a um governo adversário nas urnas, mantendo uma estratégia eleitoral consistente, frente ao pragmatismo de outras organizações de direita, como o PP. Dada a dependência da grande maioria dos partidos brasileiros frente aos recursos governamentais, a participação em gabinetes presidenciais deve influenciar a capacidade de expandir e nacionalizar a votação. Note-se que os partidos podem se beneficiar ainda da participação em coalizões de governo formadas nos estados. Futuras pesquisas deveriam analisar mais a fundo essas questões.

Caberia investigar ainda como o grau de nacionalização horizontal e vertical dos partidos impacta sobre o comportamento legislativo. Pesquisas recentes, a partir de dados agregados para as coalizões governativas nacionais, já demonstraram que a capacidade dos governadores dos estados de influenciar as bancadas dos seus partidos na Câmara é pequena mesmo em matérias relativas à ordem federativa (Arretche 2007, Cheibub, et al. 2009). No entanto, considerando que os índices de disciplina partidária variam significativamente entre os grandes partidos (Carvalho 2003), assim como as suas estratégias eleitorais, valeria a pena conduzir análises mais desagregadas para aferir o impacto da nacionalização partidária sobre o comportamento parlamentar.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que o caráter coalicional do presidencialismo brasileiro e sua superposição a um sistema federativo resultam em incentivos contraditórios com respeito à nacionalização partidária. A ampliação moderada da nacionalização horizontal a partir de 1994 oculta um sistema segmentado, no interior do qual alguns partidos se nacionalizam por meio de estratégias eleitorais altamente verticalizadas, a exemplo do PT, enquanto outros logram obter distribuições de votação mais homogêneas por meio de estratégias nacionais e estaduais incongruentes entre si, a exemplo de PP e PMDB. Presumivelmente, este mix institucional, em combinação com um sistema eleitoral altamente permissivo, ajuda a manter em níveis elevados a fragmentação partidária na Câmara dos Deputados, não obstante a redução do número efetivo de candidatos à presidência.

## Bibliografia

- Afonso, José Roberto. (2006), "Novos Desafios à Descentralização Fiscal no Brasil," in *Seminário Regional de Política Fiscal*, Santiago, Chile, Janeiro 23-26.
- Almeida, Maria Hermínia Tavares. (2005), "Recentralizando a federação?". *Revista de Sociologia & Política*, 24: 29-40.
- Ames, Barry. (1995), "Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress". *Journal of Politics*, 57: 201-225.
- Arretche, Marta. (2007), "The Veto Power of Sub-national governments in Brazil: Political Institutions and parliamentary behaviour in the post-1988 period". *Brazilian Political Science Review*, 1: 40-73.
- Bagiella, Emilia, et al. (2000), "Mixed effects models in psychophysiology". *Psychophysiology*, 37: 13-20.
- Braga, Maria Do Socorro, e Silveira, Rodrigo. (2011), "A territorialidade do voto: contexto espacial e estratégia territorial dos partidos nas eleições para presidente da República no Brasil," in *XXXV Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, MG*.
- Brancati, Dawn. (2008), "The origins and strengths of regional parties". *British Journal of Political Science*, 38: 135-159.
- Calvo, Ernesto, e Leiras, Marcelo. (2012), "The Nationalization of Legislative Collaboration: Territory, Partisanship, and Policymaking in Argentina". *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, 1: 2-19.
- Carreirão, Yan Souza. (2012), "As coligações nas eleições de 2010 para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 21.
- Carvalho, Nelson Rojas (2003), *E no Início eram as Bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- Cheibub, José Antonio, et al. (2009), "Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na câmara dos deputados, 1988-2006". *Dados*, 52: 263-299.
- Chhibber, Pradeep K., e Kollman, Ken (2004), *The formation of national party systems federalism and party competition in Canada, Great Britain, India, and the United States*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Cox, Gary. (1999), "Electoral rules and electoral coordination". *Annual Review of Political Science*, 2: 145-161.
- Fenwick, Tracy Beck. (2009), "Avoiding Governors: The Success of Bolsa Família". *Latin American Research Review*, 44: 102-131.
- Golder, Matt. (2006), "Presidential Coattails and Legislative Fragmentation". *American Journal of Political Science*, 50: 34-48.

Hickens, Allen, e Stoll, Heather. (2011), "Presidents and Parties: How Presidential Elections Shape Coordination in Legislative Elections". *Comparative Political Studies*, 44: 854-883.

Jones, Mark. (1994), "Presidential election laws and multipartism in Latin America". *Political Research Quarterly*, 61: 171-184.

Jones, Mark P. (2010), "Beyond the Electoral Connection: The Effect of Political Parties on the Policymaking Process" in *How Democracy Works: Institutions, Actors, and Arenas in Latin American Policymaking*, eds. C. Scartascini, E. Stein e E. Tommasi. Washington D.C.: Inter-American Development Bank; David Rockefeller Center for Latin American Studies, pp. 19-46.

Jones, Mark P. (1997), "Federalism and the Number of Parties in Argentine Congressional Elections". *The Journal of Politics*, 59: 538-549.

Jones, Mark P., e Mainwaring, Scott. (2003), "The Nationalization of Parties and Party Systems". *Party Politics*, 9: 139-166.

Leiras, Marcelo. (2006), "*Parties, provinces and electoral coordination: a study on the determinants of party and party system aggregation in Argentina, 1983-2005*", University of Notre Dame.

Leiras, Marcelo. (2010), "Los procesos de descentralización y la nacionalización de los sistemas de partidos en América Latina". *Política y gobierno*, 17: 205-241.

Magar, Eric. (2012), "Gubernatorial Coattails in Mexican Congressional Elections". *The Journal of Politics*, 74: 383-399.

Mainwaring, Scott. (1995), "Brazil: Weak Parties, Feckless Democracy" in *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*, eds. S. Mainwaring e T. Scully. Stanford CA: Stanford University Press.

Mainwaring, Scott (1999), *Rethinking party systems in the third wave of democratization : the case of Brazil*. Stanford, Calif.: Stanford University Press.

Melo, Carlos Ranulfo. (2010), "Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*: 13-41.

Melo, Carlos Ranulfo, e Câmara, Rafael. (2012), "Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil". *Revista Dados*, 55: 71-117.

Miranda, Geralda Luiza (2013), "Coligações eleitorais: tendências e racionalidades nas eleições federais e majoritárias". *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA*, 21: 69-90.

Morgenstern, Scott, et al. (2009), "Party Nationalization and Institutions". *The Journal of Politics*, 71: 1322-1341.

Raile, Eric D., et al. (2011), "The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime". *Political Research Quarterly*, 64: 323-334.

Rodden, Jonathan, e Wibbels, Erik. (2011), "Dual accountability and the nationalization of party competition: Evidence from four federations". *Party Politics*, 17: 629-653.

Samuels, David. (2002), "Presidentialized Parties: The separation of powers and party organization and behavior". *Comparative Political Studies*, 35: 461-483.

Samuels, David (2003), *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.

Schakel, Arjan H. (2012), "Nationalisation of multilevel party systems: A conceptual and empirical analysis". *European Journal of Political Research* 52: 212–236.

Shugart, Matthew. (1995), "The Electoral Cycle and Institutional Sources of Divided Government". *American Political Science Review*, 89: 327-343.

Shugart, Matthew, e Carey, John M. (1992), *Presidents and Assemblies: Constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Soares, Márcia Miranda. (2013), "Influência Majoritária em Eleições Proporcionais: Os Efeitos Presidenciais e Governatoriais sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados Brasileira (1994-2010)". *Dados-Revista de Ciências Sociais*, 56: 413-437.

Souza, Celina. (2002), "The Prospects of a Center-Constraining Federation in a Fragmented Polity". *Publius : The Journal of Federalism*, 32: 23-48.

Thorlakson, Lori. (2007), "An institutional explanation of party system congruence: Evidence from six federations". *European Journal of Political Research*, 46: 69-95.